

HOMEOPATIA para leigos? Como assim?

■ ABFH (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS HOMEOPATAS) DENUNCIA CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CURSOS DE HOMEOPATIA PARA LEIGOS. SEGUNDO A PRESIDENTE DA ENTIDADE, MÁRCIA GUTIERREZ, OS CURSOS PROMETEM ENSINAR PESSOAS SEM FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE A PRESCREVER, MANIPULAR E DISPENSAR MEDICAMENTOS.



Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



Farmacêutica Márcia Gutierrez, Presidente da ABFH

A ABFH (Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas) vem recebendo denúncias sobre o crescente número de cursos de *homeopatia para leigos* oferecidos, no País. A leitura que a ABFH faz da situação é que, sob o pretexto de popularizar a homeopatia junto à população, os cursos, em verdade, prometem “ensinar” pessoas sem formação na área da saúde a prescrever, manipular e dispensar medicamentos, promovendo o exercício ilegal da Medicina e da Farmácia e expondo pessoas a riscos.

Entrevistamos a Presidente da ABFH, Dra. Márcia Gutierrez. Ela revela “abusos maiores”, como este: “Já circulou, em jornal de divulgação de um dos cursos, a imagem de alunos, em uma sala de aula, preparando medicamento homeopático, a partir de sangue. Abaixo da foto, a matéria descrevia o preparo do mesmo medicamento, que poderia ser feito, em casa, e informava que benefícios traria”.

A desinformação, a aposta na boa fé das pessoas e a fiscalização insuficiente podem ser os motores propulsores para o avanço desse desmando, observa Gutierrez. Diz que a ABFH tem pouco a fazer, no caso dos cursos, ou mesmo em relação ao exercício ilegal da profissão. “Na verdade, esta é uma questão criminal”, declara.

A Associação, enfatiza a sua Presidente, faz - e com firmeza - é estimular o farmacêutico a orientar a população sobre os riscos de ser tratada, “de forma irrespon-

sável”, e, claro, da aquisição de produtos e serviços, em locais inadequados e sem a assistência farmacêutica garantida por lei.

Farmacêutica pela USP (Universidade de São Paulo) - campus de São Paulo -, Márcia Gutierrez é uma autoridade em Homeopatia, área em que se especializou. É, ainda, Diretora Técnica de uma farmácia homeopática, em São Paulo, e professora do curso de especialização do Instituto de Cultura Homeopática, na capital paulista. VEJA A ENTREVISTA.

PHARMACIA BRASILEIRA - Dra. Márcia Gutierrez, a ABFH vem recebendo denúncias - o número é crescente, diga-se de passagem - da existência, em todo o País, de cursos de homeopatia (prescrição e manipulação de medicamentos) para leigos. Que informações a senhora tem sobre esses cursos? Alguns dizem fazer manipulação de medicamentos com sangue. Como é isso? O que os cursos oferecem aos alunos? Eles prometem habilitar pessoas leigas em que?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - A ABFH recebe, com muita frequência e de diferentes partes do País, a informação da existência de cursos que objetivam a formação de profissionais, sem formação clínica prévia, para diagnosticar e prescrever medicamentos homeopáticos. Em alguns casos, os cursos oferecem, também, instruções para o preparo de medicamentos homeopáticos, em locais inadequados.

Já circulou, em jornal de divulgação de um dos grupos que promovem tais cursos, a imagem de alunos, em uma sala de aula, preparando medicamento homeopático, a partir de sangue. Abaixo da foto, a matéria descrevia o preparo do mesmo medicamento, que poderia ser feito, em casa, e que benefícios traria.

Esta situação causa muito desconforto, já que não só envolve uma

questão irregular quanto à atuação profissional, mas também pelo risco aos quais os pacientes podem estar expostos, quando não estão adequadamente informados.

Com a alegação de ser a homeopatia uma terapêutica pertencente à sabedoria popular, alguns grupos incorrem em crime, ao garantir para um leigo a atividade que é exclusiva do médico (a prescrição) e do farmacêutico (o preparo e a dispensação).

Há pouco o que a ABFH pode fazer em relação aos cursos ou mesmo em relação ao exercício ilegal da profissão que, na verdade, é uma questão criminal.

Nosso papel tem sido o de estimular o farmacêutico a orientar a população sobre os riscos de ela ser tratada, de forma irresponsável, e, claro, da aquisição de produtos e serviços, em locais inadequados e sem a assistência farmacêutica garantida por lei.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que interpretação a senhora faz do crescente número de cursos de homeopatia para leigos? Ele estaria revelando o crescimento da demanda pela homeopatia? Estaria revelando, também, que o crescimento da demanda de serviços (consultas) homeopáticos não está encontrando uma oferta correspondente, no serviço público de saúde?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - Cursos são produtos da área do conhecimento que podem ser comercializados, e só existem, porque há procura. Certamente, há um público para eles, composto por pessoas que acreditam que possam exercer uma atividade profissional na área da medicina, muitas vezes, sem saber da ilegalidade desta ação. A atividade exercida por eles é remunerada, ou seja, há quem pague por este serviço, e todos, com exceção do paciente, tem retorno financeiro. Se não houver demanda, se pacientes não buscarem por este serviço, toda a estrutura que vem antes dela, acaba.

O foco deve estar mesmo no paciente, não só para conhecer os motivos que o levam à busca por um tratamento de alto risco, mas orientá-lo sobre estes riscos. Mais que isso, a homeopatia precisa ser divulgada como especialidade que é e com a assunção das devidas responsabilidades pelos profissionais que a realizam, seja na área médica, seja na área farmacêutica.

PHARMACIA BRASILEIRA - Como está o atendimento da demanda da população, no SUS, à luz da PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares)? Há uma demanda reprimida em ho-

meopatia no serviço público? A senhora pode quantificá-la?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - O problema enfrentado, hoje, pela homeopatia, no SUS, é a dificuldade de efetivação deste serviço nas unidades públicas de saúde. Um dos fatores limitantes é, sem dúvida nenhuma, o acesso ao medicamento. Por ser a homeopatia individualizada, a industrialização do medicamento não atende à totalidade da necessidade prescritiva.

A farmácia de manipulação é fundamental nesse atendimento. A instalação de farmácias de manipulação homeopática pública pode custar caro para a unidade de saúde, o que leva o gestor a reavaliar a sua implantação. A possibilidade de parceria dos Estados e Municípios com farmácias privadas já é realidade, em algumas localidades, e pode ser a saída para resolver esta questão, em curto prazo de tempo.

Uma conquista recente foi dentro do Município de São Paulo, onde, após um leilão e cumprimento de edital especialmente formatado para esta atividade, uma farmácia privada passou, a partir de novembro último, a atender cinco unidades de saúde da região sul da cidade.

Em Vitória, no Espírito Santo, através de um pregão eletrônico, outra farmácia privada foi contratada pela Prefeitura para este fornecimento. Imaginamos que estes processos possam ser utilizados por outros Municípios e, em breve, a dificuldade no acesso tenha sido vencida.

Cria-se, desta forma, um fluxo mais fácil, e deve ocorrer, então, um aumento na demanda. Um aumento de 26%, em dez anos, no número de atendimento em homeopatia, nos SUS, mostra que, ainda, é lento o crescimento dessa prática.

Com uma maior socialização das informações sobre a homeopa-

tia, com o incentivo aos gestores para que ofereçam esta prática e a adequação da formação dos profissionais homeopatas para atuarem no SUS, talvez, tenhamos um crescimento mais dentro das realidades brasileira, em relação a atendimentos em saúde.

PHARMACIA BRASILEIRA - Há uma opinião (equivocada, é claro) entre as pessoas leigas de que medicamentos homeopáticos, se não curam, mal não fazem. Essa opinião forma uma cultura errônea em torno da homeopatia? Esses cursos para leigos poderiam estar se prevalecendo dessa cultura e apostando na falta de informação da população?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - Mais uma vez, o papel da ABFH, neste contexto, é o de convocar farmacêuticos para prestar esclarecimento à população, mas, sobretudo, de buscar o conhecimento. Sendo a homeopatia uma especialidade farmacêutica, é importante que o farmacêutico esteja apto a prestar assistência, quando solicitado.

Medicamento homeopático tem ação dinâmica no indivíduo. Ou seja, a partir de sua administração, há reação pela sua presença. Esta reação pode ocorrer no caminho da cura (esperada) ou num caminho da agravação de sintomas.

O tempo entre uma reação ou outra ou as diferentes intensidades e velocidades de desenvolvimento podem variar. Há, também, indivíduos que, embora estimulados pelo medicamento, não apresentam sintomas aparentes de melhora ou piora.

A partir da administração de um medicamento, considera-se o paciente em tratamento e a estratégia terapêutica deve seguir um caminho previamente pensado, com variáveis previstas e uma avaliação que as considere.

Um medicamento pode não ser eficaz, independentemente de sua origem, mas esta deve ser uma das variáveis prevista para uma revisão da estratégia terapêutica e se justifica na homeopatia e na alopatia.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que recomendações a ABFH faz aos farmacêuticos magistrais, quando eles estiverem diante de um cliente com uma "receita" assinada por um leigo?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - A RDC-67/ 2007 determina que só podem ser manipulados medicamentos prescritos por profissional habilitado. A Lei 5991 determina a não obrigatoriedade de receita para potências seguras, isentas de toxicidade. Isto causa certa confusão entre os colegas e até mesmo junto à autoridade sanitária.

Pensamos muito na avaliação que o farmacêutico deve fazer sobre a assistência que presta. Independente de normas, de uma prescrição em papel, automedicação, prescrição por

“Esses cursos objetivam formar profissionais, sem formação clínica prévia, para diagnosticar e prescrever medicamentos homeopáticos. Em alguns casos, oferecem instruções para o preparo de medicamentos homeopáticos, em locais inadequados”

(Farmacêutica Márcia Gutierrez, Presidente da ABFH).

leigo, MIPs, prescrição farmacêutica, o mais importante é quem está, no final desse caminho, que é o paciente.

Diante de uma prescrição feita por profissional não habilitado, a prioridade é informar o paciente sobre os riscos dessa escolha. Talvez ele os desconheça. Em seguida, enquadrar a homeopatia dentro do cenário de saúde, no País. Se a escolha pelo tratamento se deve a valores de consulta menores e um desconhecimento de que a homeopatia é direito do cidadão a ser provido pelo Estado, está, aqui, um bom exercício de cidadania a ser feito.

Por fim, a decisão sobre a estratégia terapêutica não é do médico, mas, sim, do paciente que pode, ou não, segui-la. Se, apesar de esclarecido e orientado, o paciente ainda optar por um tratamento irregular, o farmacêutico deve decidir se será parceiro ou não dessa irregularidade, que poderá colocar a saúde do paciente em risco, nesse momento, apenas assumido pelo farmacêutico,

já que não há médico na história para assumir responsabilidade.

PHARMACIA BRASILEIRA - As farmácias homeopáticas correspondem a que percentual do total do setor de farmácias, no Brasil? Qual a taxa de crescimento do setor?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - Estima-se que o setor magistral esteja composto por 7000 estabelecimentos (dados da Anvisa, de 2008) e que 30% manipulem medicamentos homeopáticos. Contudo, também, é possível adquirir medicamento homeopático industrializado, em farmácias e drogarias. Raramente, os estabelecimentos manipulam, ou dispensam exclusivamente medicamentos homeopáticos. Assim, torna-se difícil uma avaliação precisa.

Os últimos dez anos foram marcados pela publicação de rígidas regras de Boas Práticas de Manipulação em Farmácia que, também, envolveu a manipulação homeopática. Todo o setor sentiu o impacto da implantação dessas regras que, embora custosas, foram determinantes para a produção de medicamentos seguros e eficazes e que são, hoje, de confiança para os pacientes.

Certamente, agora, passado esse momento de muita mudança e quando o mercado já se estabilizou à aplicação das normas e começa a tirar proveito dessa implantação, devemos seguir por um caminho de crescimento, já que as farmácias devem voltar a investir.

PHARMACIA BRASILEIRA - A ABFH, entre tantos assuntos, está discutindo, também, o prazo de validade das preparações homeopáticas. Por que, até então, não se chegou a um consenso sobre o assunto? Os estudos realizados sobre o prazo de validade estão embasados em princípios científicos?

Farmacêutica Márcia Gutierrez - O prazo de validade das preparações homeopáticas magistrais tem sido motivo de discussão em grandes e pequenos encontros de farmacêuticos. Ao longo dos últimos dez anos, inúmeros trabalhos foram produzidos, buscando considerar diferentes fatores que pudessem interferir na qualidade destas preparações, durante o tempo de armazenamento.

Os medicamentos homeopáticos são caracterizados, também, por serem preparações altamente diluídas, o que dificulta - e na grande maioria dos casos impossibilita - a medida de qualquer marcador relativo ao produto de origem.

A avaliação da estabilidade dos diferentes insumos inertes tem sido utilizada como parâmetro nesses trabalhos. A avaliação mais precisa sobre a qualidade seria a verificação da eficácia clínica que, por outra característica da homeopatia, que é a individualização do paciente, não é possível realizar um trabalho nos moldes clássicos para este ensaio.

De fato, a falta de referências confiáveis tem dificultado a atividade magistral homeopática, quando diferentes estabelecimentos utilizam diferentes prazos de validade, mas que, em sua grande maioria, não foram validados. Também, a autoridade sanitária não tem referências para poder avaliar as definições feitas pelas farmácias.

A Comissão Científica da ABFH reuniu os resultados produzidos, ao longo dos últimos anos, nesse tema, e deve, no início de 2011, apresentar um parecer que objetive referenciar o farmacêutico na tomada de decisão quanto ao prazo de validade de suas preparações. Esperamos poder contribuir, com isso e com outros estudos que possam complementar o que foi feito até aqui.

“A homeopatia precisa ser divulgada como especialidade que é, e com a assunção das devidas responsabilidades pelos profissionais que a realizam, seja na área médica, seja na área farmacêutica”

(Farmacêutica Márcia Gutierrez, Presidente da ABFH).